



UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

LARISSA BATTAGLINI XAVIER SILVA

**RELAÇÕES DE HOSPITALIDADE E HOSTILIDADE ENTRE  
PESSOAS E ESPAÇOS NAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

OURO PRETO

Abril de 2021

**LARISSA BATTAGLINI XAVIER SILVA**

**RELAÇÕES DE HOSPITALIDADE E HOSTILIDADE ENTRE PESSOAS E  
ESPAÇOS NAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Burkowski

**Ouro Preto  
2021**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586r Silva, Larissa Battaglini Xavier .  
Relações de hospitalidade e hostilidade entre pessoas e espaços nas  
áreas naturais protegidas. [manuscrito] / Larissa Battaglini Xavier Silva. -  
2021.  
60 f.: il.: color., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Burkowski.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola  
de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Hospitalidade. 2. Meio ambiente - Áreas Protegidas - Ouro Preto  
(MG). 3. Meio ambiente - Conservação. 4. Parque Estadual do Itacolomi -  
Ouro Preto (MG). I. Burkowski, Rodrigo. II. Universidade Federal de Ouro  
Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Larissa Battaglini Xavier Silva**

**As relações de hospitalidade e hostilidade entre pessoas e espaços nas áreas naturais protegidas**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 23 de Abril de 2021

### Membros da banca

Doutor Rodrigo Burkowski - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutora Isabela Barbosa Frederico - Membro externo  
Doutor Leandro Beneditini Brusadim - Universidade Federal de Ouro Preto

Rodrigo Burkowski, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/04/2021



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Burkowski, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/04/2021, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0165629** e o código CRC **CD3A3BA4**.

Dedico este trabalho especialmente a minha querida mãe, por ter sido uma pessoa que sempre demonstrou a importância de se doar para outras pessoas, e ao meu querido pai, por ter me inspirado a colocar os estudos como prioridade em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha vida sempre me apresentou pessoas que tornaram meu caminho mais feliz e prazeroso, quando me mudei para a cidade de Ouro Preto, e entrei para o curso de bacharelado em turismo, não foi diferente.

A escola de Direito, Turismo e Museologia é um ambiente acolhedor. Desde do momento em que passamos pela portaria, encontramos funcionários, servidores, professores... Que fizeram da difícil adaptação de iniciar a faculdade uma experiência mais leve, e me ajudaram a não desistir, a chegar até o fim.

A cidade de Ouro Preto me trouxe novos amigos e familiares, pessoas que mudaram minha vida e minha forma de ver o mundo, pessoas que me acolheram em um momento bastante turbulento de minha vida. Sou grata a todas essas pessoas e também à minha família e amigos que apoiaram a minha decisão de ir para Ouro Preto, e me auxiliaram de diversas formas para que fosse possível que eu desse continuidade aos meus estudos.

São pessoas de mais para que eu possa citar o nome de todos, então, vou me ater àqueles que estiveram comigo durante a realização dessa pesquisa, que me auxiliaram a realiza-la.

Essa etapa final foi de extrema importância para que eu me entendesse como uma futura profissional e possível pesquisadora. O professor Rodrigo Burkowski foi quem me apresentou o mundo da pesquisa, e me mostrou que a relação entre orientador e orientando pode ser uma relação de trocas e não apenas de hierarquia, me deixou descobrir o caminho que me encantou na pesquisa e sou muito grata a isso. A coleta de dados foi uma fase desafiadora para mim, e agradeço aos alunos Guilherme Melo e Júnior Liberato que se voluntariaram a me auxiliar nela. Agradeço também ao Manoel Seabra que me auxiliou na edição das imagens que tornaram minha explicação mais didática.

Esse foi um trabalho que foi construído em conjunto, e deixo ele como um presente, para a UFOP, para a sociedade, para minha família, para meus amigos. Deixo-o como uma retribuição a todos que passaram pelo meu caminho durante minha graduação.

A todos vocês, muito obrigada.

”No fundo, são misturas. Misturam-se as almas nas coisas; misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas e eis como as pessoas e as coisas misturadas saem, cada uma de suas esferas e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.”

Marcel Mauss, 2012.

## RESUMO

A hospitalidade é um tema muito vasto, e, por isso, vem sendo muito discutido dentro das ciências sociais e do turismo. São recentes os estudos sobre relações de hospitalidade se dão nos espaços públicos. O presente estudo visa explorar esse aspecto no contexto das áreas naturais protegidas. Baseada na teoria da dádiva de Marcel Mauss busca-se identificar as relações de dádiva, que ocorrem entre turistas de uma unidade de conservação, e como o conhecimento dessas relações pode auxiliar na reconexão do ser humano com a natureza e sua consequente conservação. Os dados obtidos a partir de uma experimentação feita com a aplicação de uma observação não participativa apontam para a necessidade de se explorar ainda mais o tema das relações de hospitalidade entre pessoas e espaços, e traz uma nova perspectiva sobre as relações de troca, onde o espaço passa a ser o foco da dádiva e não o outro. Também foi possível identificar prováveis novas perspectivas sobre os atores das relações de troca, onde o espaço poderia ser ativo nelas, partindo dele a dádiva nas relações de hospitalidade entre pessoas e espaços.

**Palavras-chave:** Dádiva. Hospitalidade. Áreas Naturais Protegidas. Conservação. Parque Estadual do Itacolomi

## **ABSTRACT**

Hospitality is a very wide topic, and therefore it has been much discussed within social sciences and tourism. It is still recent how hospitality relations take place in public spaces. This study aims to explore this aspect in the protected natural areas context, based on Marcel Mauss's gift theory. In order to identify the gift relationships that occur between tourists in a conservation unit and how the knowledge of these relationships can help reconnect humans with nature and its consequent conservation, an exploratory research was carried out. The data obtained from an experiment carried out with the application of non-participatory observation, point to the need to further explore the theme of hospitality relations between people and spaces, and brings a new perspective on exchange relations, where space becomes the focus of the gift and not the other. It was also possible to identify probable new perspectives on the actors of exchanging relations, where space could be active, starting from it the gift on hospitality relations between people and spaces.

**Keywords:** Gift. Hospitality. Protected Natural Areas. Conservation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Dádiva como elo do vínculo social . . . . .	28
Figura 2 – Espaço como intermediário do vínculo social . . . . .	32
Figura 3 – Localização do Parque Estadual do Itacolomi . . . . .	36
Figura 4 – Vista do Pico do Itacolomi . . . . .	36
Figura 5 – Resquícios da plantação de chá no parque . . . . .	37
Figura 6 – Vista da Trilha da Lagoa . . . . .	38
Figura 7 – Centro de visitantes . . . . .	39
Figura 8 – Casa Bandeirista . . . . .	39
Figura 9 – Capela São José . . . . .	40
Figura 10 – Resíduos orgânicos deixados por turistas no Pico do Itacolomi, encontrados em observação inicial . . . . .	43
Figura 11 – Representação do kit de resíduos utilizado em todas as observações	44
Figura 12 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Pacote de biscoito . . . . .	44
Figura 13 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Lata de refrigerante . . . . .	45
Figura 14 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Garrafa Pet 2L . . . . .	45
Figura 15 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Garrafa Pet 200ml . . . . .	46
Figura 16 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Canudinho de plástico . . . . .	46
Figura 17 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Caixinha de leite 200ml . . . . .	47
Figura 18 – Conjunto de fotos do kit na trilha - Tampinha . . . . .	47
Figura 19 – Fechamento do parque devido a chuvas . . . . .	49
Figura 20 – Espaço como ator ativo nas relações de troca . . . . .	51

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EA	Educação Ambiental
IC	Iniciação Científica
IEF	Instituto Estadual de Florestas
PEI	Parque Estadual do Itacolomi
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação

## Sumário

Introdução . . . . .	12
1 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO . . . . .	15
1.1 Unidades de conservação e sua gestão no Brasil . . . . .	16
1.2 Relação do homem com a natureza: Da separação à reconexão através do Turismo . . . . .	19
1.3 Impacto da atividade turística em unidades de conservação . . . . .	23
2 DÁDIVA, HOSPITALIDADE E A RELAÇÃO ENTRE PESSOAS E ESPAÇOS . . . . .	25
2.1 Hospitalidade, o bem acolher na sociedade . . . . .	28
2.2 Hospitalidade em espaços públicos . . . . .	31
3 PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI: BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO CONTEMPORÂNEO . . . . .	35
3.1 História do Parque Estadual do Itacolomi . . . . .	35
3.2 Atrativos do parque e seu uso turístico e científico . . . . .	37
4 METODOLOGIA . . . . .	41
4.1 A prática da observação-não-participativa . . . . .	42
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS . . . . .	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .	52
Referências . . . . .	54
Anexos . . . . .	57
ANEXO A – ANEXO 1 - DOCUMENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO IEF . . . . .	58

## INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com a natureza se transforma com o passar do tempo, essa transformação é ainda mais nítida a partir da industrialização, quando os meios de produção focaram em produzir cada vez mais e o consumo aumentou.

A necessidade de extrair matéria prima para a criação e utilização de todos os tipos de produtos fez com que o nosso olhar em relação com a natureza mudasse. Começamos a considerar que o ser humano é o ser mais importante do nosso planeta, colocando a natureza como servente de nossas vontades, mero recurso a ser transformado para a modernização da sociedade.

A extração dos recursos naturais começou a ultrapassar a capacidade da natureza se recuperar de tais extrações, e, ao perceber isso, o ser humano viu a necessidade de proteger esses recursos para que a vida no planeta fosse preservada.

A partir daí uma série de processos para a preservação do planeta foi iniciada em diversos países, e, aos poucos, convenções mundiais foram criando acordos sobre como essa preservação deveria ocorrer. Daí as áreas naturais protegidas surgem, com o objetivo de preservar a natureza e salvaguardar os recursos naturais esgotáveis.

Com o passar do tempo, começou-se a entender que a ideia de preservação poderia trazer consequências negativas para a natureza e para a sociedade, pois ela criava um distanciamento ainda maior do ser humano com o meio natural, visto que existia a ideia de que só se era possível preservar se esses espaços fossem completamente isolados dos humanos, expulsando até mesmo as populações que viviam dentro das áreas naturais que passaram a ser protegidas.

Ao perceber a problemática da preservação, estratégias de conservação começaram a ser desenvolvidas por todo o mundo. Tais estratégias reconheciam a importância das populações que já viviam nas áreas naturais para sua conservação, além de demonstrar a necessidade do vínculo do ser humano com esses espaços. Porém, a ideia de que a natureza só se preserva a partir do isolamento dela do ser humano já havia sido perpetuada e enraizada na sociedade moderna, e o caminho de reconexão se tornou complexo.

A partir da abertura das áreas naturais protegidas, mais conhecidas no Brasil como Unidades de Conservação, para visitação, esse caminho de reconexão começa

a ser realizado através do turismo, apesar disso, as regras de convivências nesses espaços, muitas vezes são desrespeitadas, atrapalhando fauna e flora local, e também o próprio turismo nessas áreas.

Os impactos do turismo em áreas naturais protegidas precisam ser minimizados, e para isso as unidades de conservação brasileira trabalham com a educação ambiental para que os turistas auxiliem na perpetuação de uma atividade segura e positiva, tanto para o meio, quanto para os visitantes.

O que se observa é que, apesar dos esforços, que são realizados a partir da educação ambiental, tais ensinamentos passam em vão, visto que é possível encontrar nessas trilhas, lixo deixado pelos visitantes, ou até mesmo uso de caixas de som altas em locais que são solicitadas a sua não utilização, ou até mesmo proibida. Tais comportamentos podem impactar diretamente na fauna e flora local, assustando os animais, ou até mesmo mudando seus hábitos de alimentação, quando os mesmos se acostumam a consumir o lixo dos turistas.

O desejo de auxiliar nesse caminho de reconstrução do vínculo do ser humano com a natureza, fez com que o presente estudo buscasse compreender como as relações de hospitalidade que ocorrem entre os turistas em uma unidade de conservação se dão, á luz da teoria da dádiva de Marcel Mauss. Além disso, explorar a complexidade do tema da hospitalidade e como ela ocorre em espaços públicos brasileiros dá caractere a essa pesquisa.

A partir disso foi necessário fazer uma revisão bibliográfica que buscasse esclarecer como foram as transformações da relação do ser humano com a natureza que ocorreram com o passar do tempo, como a conservação do meio ambiente ocorre no Brasil, e quais são os impactos do turismo nas unidades de conservação, assuntos discutidos no capítulo 2.

Entender a teoria da dádiva de Marcel Mauss, que dá base para a hospitalidade, também se fez imprescindível para conseguirmos identificá-la nas atitudes dos turistas durante a caminhada na trilha do Itacolomi, do Parque Estadual do Itacolomi, ambiente em que a coleta de dados foi realizada, o capítulo 3, discute a dádiva e a hospitalidade, logo após, o capítulo 4 dá o contexto histórico e as características da Unidade de Conservação escolhida para o estudo.

A metodologia utilizada para que os objetivos propostos fossem alcançados foi desenvolvida exclusivamente para essa pesquisa, onde se optou em realizar uma experimentação com uma observação não participativa. Apesar de não ser um método muito utilizado no turismo e nas ciências sociais, foi o que possibilitou que a observação do fenômeno fosse feita de maneira controlada, ao mesmo tempo que não fosse influenciada pelos pesquisadores. O capítulo 5 descreve como ocorreu desde a cons-

trução da metodologia até a sua aplicação.

Por fim, o capítulo 6 discute como o que foi observado pode colaborar dentro dos temas abordados, e revela uma área que ainda pode ser muito explorada nos estudos relacionados à hospitalidade, visto que várias perguntas ainda precisarão ser respondidas em estudos futuros, mostrando que a hospitalidade pode ser um tema ainda mais extenso e profundo do que já é consagrado.

## 1 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Do final do século XIX para cá um modelo de civilização se impôs, focado na industrialização, possibilitando o aumento da produção em todos os setores. A revolução industrial provocou uma mudança mundial que vai muito além da simples mecanização dos meios de produção. Ela mudou o jeito de se ver produtos, de vendê-los e de consumi-los.

O capitalismo é um sistema econômico coordenado pelo mercado, no qual empresas e Estados-nação competem a nível mundial, e o desenvolvimento econômico pode ser entendido como o sucesso nessa competição; dificilmente se poderá falar em desenvolvimento econômico se o país estiver crescendo a taxas substancialmente mais baixas que seus concorrentes. Foi só com a globalização e a abertura de todos os mercados que essa concorrência se tornou clara, mas desde a revolução capitalista o desenvolvimento econômico se tornou um objetivo político central das nações, de forma que o governo de um Estado só estará realmente sendo bem sucedido se estiver alcançando taxas razoáveis de crescimento. (BRESSER-PEREIRA et al., 2006, p.3)

A partir desse sistema, a sociedade se tornou mais consumista, e, de certa forma, menos preocupada com os recursos naturais. Estes recursos foram explorados e são descartados em prol do giro do capital, que se tornou ator principal dessa nova sociedade. Neste contexto, além do meio ambiente, as relações sociais foram, de certa forma, colocadas em segundo plano. Segundo Passos (2009), a concepção de progresso que hoje prevalece, segundo o qual o homem deve dominar a natureza, acaba por intensificar a exploração dos recursos naturais.

Nesse cenário, uma crise ambiental mundial surgiu, devido ao fato de que muito do planeta foi e tem sido degradado e destruído. Quer seja por meio da poluição, oriunda do descarte de materiais que não se deterioram facilmente, quer seja pela nova agricultura, que além de mecanizada, faz a utilização intensa de agrotóxicos, desmatando grandes áreas para plantação de alimentos e poluindo o solo e água, diversos processos que levam à exaustão dos recursos ambientais.

Aos poucos o mundo começou a se atentar para a preservação do meio ambiente, ainda se ressalta em Passos (2009) que, inicialmente ela tinha como objetivo garantir que os recursos naturais importantes para sobrevivência da raça humana não

fossem extintos, como por exemplo, a água. Martinez-Alier (2006) caracteriza essa etapa como a primeira corrente do ambientalismo.

Debates relacionados à situação ambiental mundial começaram a ser levantados, com o intuito alertar os países sobre os problemas gerados pelo alto crescimento das indústrias, pelo elevado consumo e aumento da poluição. Trazer esses temas à tona, foi de extrema importância para que a forma de preservação da natureza fosse repensada. Contribuíram para essa exposição alguns eventos de grande relevância, que tiveram a conservação ambiental como pauta, tais como a Conferência de Estocolmo (1972), Rio+10 (2002) e Rio+20 (2012). Nestes eventos emerge e solidifica-se o ideal de desenvolvimento sustentável que para Martinez-Alier seria a segunda corrente do ambientalismo.

Porém, ao colocar esses temas em voga, criou-se a ideia de que para preservar o meio ambiente, é necessário proteger a natureza do próprio homem (DIEGUES, 1996), ou seja, a terceira corrente do ambientalismo, que seria o Ecologismo dos pobres. Com isso, as áreas naturais protegidas, se tornaram espaços isolados da realidade do dia a dia das pessoas, tornando essa concepção de distanciamento entre homem e natureza cada vez mais arraigada.

## 1.1 Unidades de conservação e sua gestão no Brasil

Os espaços destinados à preservação e/ou conservação do meio ambiente são as chamadas áreas naturais protegidas. O substantivo naturais se faz necessário pois temos outros espaços protegidos, como centros históricos. Elas buscam também garantir que a diversidade biológica daquele espaço não seja extinta.

O marco nesse processo de distanciamento "homem x unidades de conservação" é a criação do Parque Nacional de Yellowstone no século XIX, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho, nos Estados Unidos. Naquela época, as áreas naturais protegidas começaram a ser demarcadas por todo o mundo, com um modelo preservacionista, que se assemelha a isolar a área da espécie humana. Ainda que não exista registros precisos do papel do turismo neste processo, (ARAUJO, 2007) aponta que essa atividade impulsionou a criação destes espaços por conta dos novos negócios que ele iria induzir. Todavia, devido a visão preservacionista, a população tradicional que vivia naquele espaço, foi completamente expulsa. Para entender o funcionamento dessas áreas no Brasil, é necessário compreender as diferenças entre preservação e conservação.

O conceito de preservação no Brasil, segue o modelo americano em que, qualquer interação humana com a natureza é vista como negativa. De acordo com (DIEGUES, 1996), os preservacionistas seguem o pensamento de que, para ocorrer a

preservação é necessário isolar o espaço natural, pois a "natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parques nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural."

Todo esse processo de criação dessas áreas, fez com que cada vez mais o ser humano não se visse mais como parte do meio ambiente, ele se tornou um ser a parte de toda a natureza, desconectando-se dela.

Ao mesmo tempo que o modelo de preservação se espalhava pelo mundo, as comunidades tradicionais também desenvolveram métodos de proteção do meio ambiente, o conservacionismo, que possui uma visão mais ampla sobre o meio ambiente, para além do reducionismo, que considera apenas os aspectos biológicos de determinada localidade para preservá-la.

Com esse novo olhar, surge o processo de conservação das áreas naturais, onde os aspectos culturais dos povos inseridos nas localidades que possuem grande importância ambiental, também precisam ser protegidos, pois eles garantem uma preservação mais efetiva daquele meio. O modelo de conservação ambiental, reinseriu as comunidades tradicionais nas áreas protegidas.

A criação destas áreas pode ser considerada uma importante estratégia de controle do território que visa estabelecer limites e dinâmicas próprias de uso e ocupação. Tal controle, assim como os critérios de uso que o sustentam, responde freqüentemente à valorização dos recursos naturais existentes – não somente econômica, como também cultural, espiritual ou religiosa – e, também, à necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção. (MEDEIROS; GARAY, 2006, p.160)

Apesar de existir no Brasil, desde a década de 30, legislação para a preservação do meio ambiente (NAZO; MUKAI, 2001), apenas nos anos 2000 essa legislação entrou em consonância com o resto do mundo, efetivando a organização das áreas naturais protegidas com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, previa como seria a criação e utilização desses espaços naturais. O SNUC determina que unidade de conservação é o

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (BRASIL, 2000)

Essa lei divide as Unidades de Conservação (UC) em duas grandes categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A primeira tem como

característica básica a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos, e a segunda permite a utilização de seus recursos de maneira sustentável promovendo sua conservação.

Cada tipo de unidade de conservação possui uma subdivisão onde objetivos mais específicos são caracterizados. As unidades de conservação de proteção integral se subdividem em: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. As unidades de conservação de uso sustentável possuem a seguinte subdivisão: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Conforme exposto anteriormente, as unidades de proteção integral seriam então da linha preservacionista enquanto as de uso sustentável se enquadram na linha conservacionista.

As unidades de conservação por força da lei 9.985/2000, possuem cada uma seu plano de manejo, que vai descrever de maneira mais específica quais atividades podem ocorrer dentro delas, o plano de manejo também possui toda a descrição da área de sua unidade, caracterização de sua fauna e flora, quais espécies dentro dela está ou não ameaçada de extinção, se deve ou não ocorrer algum tipo de extração e como ela será. Ou seja, o plano de manejo delimita o uso da unidade de conservação de maneira mais específica.

O plano de manejo também irá regular como ocorrerá as atividades de uso público de cada unidade de conservação, que ocorre em uma área pré-determinada dessas áreas naturais, as atividades que compõe o uso público são aquelas que vão para além da conservação e preservação ambiental e geralmente é nesse uso que se dá a interação do ser humano com a natureza, sendo elas as atividades de: lazer; esporte; cultura; educação e pesquisa científica. Cada UC deverá descrever nesse documento, especificamente quais atividades podem ocorrer em seu interior, de acordo com os objetivos da unidade e com o cuidado em relação aos impactos no ambiente que ela poderá provocar, ou seja, além do SNUC, o plano de manejo regula o turismo em áreas naturais protegidas brasileiras.

Uma equipe multidisciplinar no momento da elaboração do plano de manejo, colabora para que, tanto a preservação do meio ambiente quanto as atividades turísticas do espaço sejam pensadas de maneira a proporcionar uma integração do ser humano com a natureza, gerando o mínimo de impacto negativo possível.

Esses impactos precisam ser constantemente monitorados, o turismólogo ao ser inserido nesse meio, consegue ser uma ponte entre o desejo do turista e o objetivo principal da unidade de conservação, que é a preservação do meio ambiente, a partir do momento em que ele possui uma formação multifacetada, fazendo com que ele

saiba aproveitar do potencial turístico da unidade.

Um exemplo do que se deve ser levado em consideração ao pensar em atividades que podem ocorrer dentro de uma UC específica, é a capacidade de carga de uma determinada trilha, ao ter esse estudo, é possível controlar a visitação dentro da UC, pois, as trilhas, se mal administradas, podem acabar por sofrer erosões, que provocam buracos e rachaduras e até mesmo o aumento da sua largura, esses impactos são negativos tanto para a natureza da qual a trilha faz parte, quanto para o turista que pode vir a sofrer acidentes.

## **1.2 Relação do homem com a natureza: Da separação à reconexão através do Turismo**

Desde a domesticação de animais e do desenvolvimento de técnicas de irrigação, que permitiram o desenvolvimento de grandes sociedades em locais fixos, que a ideia de superioridade do homem em relação a natureza se impõe. Isso se desenvolve a partir do momento em que, para o homem, a natureza é apenas mais um objeto a ser dominado. (OLIVEIRA, 2002).

Com o passar do tempo, a invenção de novas tecnologias e novos modelos de sociedade surgindo, a natureza foi se mantendo sempre como coadjuvante, uma mera matéria prima a ser transformada, essa visão se agrava com a revolução industrial e principalmente com o modelo capitalista desenvolvido com a globalização, pois, o ser humano começou a explorar recursos de maneira descontrolada.

Para Marcos Reigota, "o ser humano contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas um ser à parte, como um observador, e/ou explorador dela"(REIGOTA, 2017). Ainda em seu livro, "O que é educação ambiental", ele explica que, existe a necessidade de se combater o antropocentrismo, ideia de que o ser humano é o ser vivo mais importante do planeta, que acaba por dar base a todo o distanciamento do ser humano com o meio natural.

A lógica produtivista do capitalismo afetou a sociedade como um todo, e não apenas na sua relação com o meio ambiente, as relações sociais mudaram e os problemas dela passam a ser outros.

A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais "sujeitos da obediência", mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos. (HAN, 2015)

A nova sociedade cobra das pessoas um perfeccionismo em todos os âmbitos de sua vida, seja ele profissional ou privado. A vida privada passa a ser exposta e

consequentemente controlada por redes sociais, como o Facebook e o Instagram, que alimentam ainda mais essa competitividade entre as pessoas que buscam ser sempre mais produtivas, os "empresários de si mesmos" (HAN, 2015).

O conceito de ser "empresários de si mesmos" faz com que, não seja mais necessário que haja um "patrão" que cobre dos empregados alto desempenho, pois o próprio empregado deve dedicar para ser "o melhor", produzir mais, ou seja, o auto-julgamento cresce. Porém, ele não ocorre apenas no âmbito profissional, as pessoas estão sempre em competição com elas mesmas, nunca se chega em um resultado pois o que prevalece é: "podemos mais", isso acaba gerando um esgotamento nas pessoas, não apenas um esgotamento físico, mas também um esgotamento mental, gerando o adoecimento da população, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o número de pessoas com depressão "em 10 anos, de 2005 a 2015, cresceu 18,4%. A prevalência do transtorno na população mundial é de 4,4%. (G1, 2017).

A competição ocorre a partir do momento em que as relações giram com foco no material, que pode ser resumido apenas como "o capital", que deve estar sempre girando e crescendo, seja para empresas privadas, seja para nações, seja para seus indivíduos. Juntamente com a visão de uma natureza que existe para servir o homem, ela passa então fazer parte desse contexto de "produzir mais".

Essa sociedade doente, de tanto produzir, adoce o meio ambiente, gerando impactos no planeta que ainda não sabemos como reverter, pois, se extrai dela mais do que permitiria que ela se recuperasse sozinha, segundo José Bueno Conti, o degelo nos Andes Meridionais,

constitui apenas um entre dezenas de outros exemplos que poderiam ser citados para mostrar a evidência do processo de aquecimento planetário e dos quais os meios de divulgação se preocupam com muita frequência. Ocorrências de furacões em áreas não usuais, verões excessivamente quentes no hemisfério norte, estiagens severas em regiões habitualmente úmidas e outros distúrbios de sazonalidade, têm sido interpretados pela mídia, e, mais cautelosamente, pela comunidade científica, como produtos da desestabilização climática. (CONTI, 2005, p.71).

É importante levar em conta que essas mudanças climáticas ocorrem não somente, mas também pela ação antrópica: desmatamento de florestas tropicais; emissão de dióxido de carbono, que danifica a camada de ozônio; e consumo exacerbado que leva ao descarte excessivo de lixo, principalmente dos que não se deterioram facilmente na natureza.

A ciência trabalha para compreender de que forma a ação do homem colabora para, por exemplo, o agravamento do efeito estufa, que é um efeito natural, e até que ponto as alterações climáticas ocorreriam até mesmo sem a ação do homem. É neces-

sário fazer essa pontuação, para que, os discursos sobre os impactos do homem no meio ambiente não sejam pautados apenas em uma visão anticapitalista. Um sistema econômico pode se adaptar para obter uma melhoria em comum, sem necessariamente ser extinto.

No meio dessas turbulências da sociedade em que vivemos, podemos notar que as pessoas estão buscando as áreas naturais como um refúgio

Dados do ICMBio apontam que a visitação aos parques tem aumentado. Foram mais de 15,3 milhões de visitantes em 2019, um aumento de 20,4% em relação a 2018 (12,4 milhões). Em 2017 foram registrados 10,7 milhões de visitante, mais do que os 8,3 milhões em 2016 e os 7,3 milhões de 2015. (Brasil, 2021)

Nessa conjuntura o ecoturismo surge como uma alternativa, que vai de encontro e ao mesmo tempo adjacente a esse modelo de sociedade caótico em que vivemos.

Ele é oposto a partir do momento em que permite a contemplação, um momento de descanso e fuga das grandes cidades, desapego material e reconexão com a natureza. E também é adjacente, a partir do momento em que ele é um produto, a ser comercializado pelo turismo, que também visa o lucro. Porém é uma atividade que visa ser sustentável, e, quando bem estruturada, procura produzir o mínimo impacto ao promover a interação do ser humano com a natureza.

O espaço natural tornou-se o novo objeto de desejo do viajante, imbuído da necessidade de contato e alteridade com as origens, a pureza, a ordem, o ritmo e a estética natural. A nova subjetividade engendrada pela escassez de natureza, acompanhada pela valorização da estética da natureza, parece ser fator suficientemente forte para explicar porque esse é um novo e promissor mercado, o segmento da indústria do turismo que apresenta comparativamente o maior crescimento dentro do setor turístico. (LAYRARGUES, 2004, p.2)

Pode-se dizer então que, apesar de toda essa separação, do ser humano com a natureza, que ocorreu ao longo do tempo, aos poucos, o caminho oposto começa ser percorrido, segundo a Organização Mundial do Turismo "o ecoturismo é o seguimento turístico que mais cresce no mundo, com taxas entre 15% e 25% ao ano", (MTur, 2014).

O ecoturismo como alternativa, reconecta o ser humano com a natureza, ao mesmo tempo que o sensibiliza para as questões da crise ambiental mundial, porém, essa atividade não é salvadora, dizer que o ecoturismo mudará completamente a relação do ser humano com o meio ambiente é utópico, ele deve ser mais um instrumento transformador da sociedade.

Para que o ecoturismo não seja apenas mais uma atividade econômica que apenas vise o lucro, é necessário que ele promova um papel social, o de educador e

sensibilizador ambiental, assim ele se torna capaz de transformar o cidadão. Durante os momentos de lazer ou atividades de esportes em áreas naturais pode ser uma boa oportunidade para se realizar práticas de educação ambiental, visto que, nesses momentos as pessoas estão sensibilizadas pelo contato com a natureza.

Instituída pela lei nº 9795/99 de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999) em consonância com o previsto pela política nacional de meio ambiente, Lei Nº 7.797, de 10 de Julho de 1989 (Brasil, 1989) a educação ambiental (EA) abrange uma série de ações que engloba o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, "envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos" (art. 5º, lei 9795/99).

Ela também se funda na Conferência de Tblisi, que conceituou a Educação Ambiental como processo que leva a reconhecer e esclarecer valores e conceitos, que buscam desenvolver a forma que se lida com o meio, ela se relaciona com as tomadas de decisões e beneficiam na melhoria da qualidade de vida (FIGURELLI; PORTO, 2008).

Neiman e Rabinocivio apontam que o objetivo da educação ambiental inclui formar cidadãos conscientes de sua relação com a natureza, e dentro de diversas metodologias, das quais ela tem liberdade de lidar com a criatividade, ela deve passar para as pessoas a importância da sustentabilidade, o uso racional dos recursos naturais, para que gerações futuras possam também usufruir dos mesmos. (NEIMAN; RABINOVICI, 2002)

A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum. (REIGOTA, 2017, p.13)

O ecoturismo muitas vezes ocorre dentro das Unidades de Conservação, como já mencionado, as atividades que ocorrem dentro de cada tipo de UC estão previstas em seu plano de manejo. O ecoturismo nessas áreas auxilia para que as mesmas possam gerar sua própria renda, que auxilia na sua manutenção, além de convocar a população (os visitantes) para fazer parte de seu objetivo principal, que é a conservação e preservação do meio ambiente.

Além de oferecerem espaços de lazer, essas unidades possuem seus programas de educação ambiental, visando justamente a sensibilização de seus visitantes. Ou seja, dentro delas, "a EA, deve renegar o viés estritamente informacional e descritivo, agregando uma composição onde o ser humano e a natureza relacionam-se num todo"(FREDERICO; BRUHNS, 2012)

Para que as atividades de ecoturismo ocorram, como por exemplo, caminhada em trilhas, observação de pássaros, é necessário que a UC faça um estudo de capacidade de carga, tanto da unidade, quanto por exemplo das trilhas a serem utilizadas pelos visitantes, a fim de que seja respeitado o limite de pessoas em seu espaço. Evitando o turismo massivo desestruturado e possivelmente devastador.

A estruturação das atividades de lazer em áreas naturais protegidas deve priorizar a não geração de impacto, o objetivo principal é que o ser humano não deixe rastros por onde ele passou.

Embora exista todo um esforço de sensibilização e conscientização de seus visitantes em Unidades de conservação, tanto para a conservação do meio ambiente daquele espaço específico, quanto para a importância da conservação e melhor relação do ser humano com o natureza, o cenário que vemos não é o esperado, pois muitos impactos vem sendo gerado nas unidades de conservação provocados pelas visitas, como por exemplo, a quantidade de lixo que se pode encontrar nas trilhas de Unidades de conservação.

### **1.3 Impacto da atividade turística em unidades de conservação**

Algumas palavras carregam consigo um significado limitado. Qualidade, esquerda, direita, impacto entre outras, sintetizam uma ideia. No caso de impacto, tende-se a associar a coisas negativas, mas impacto do ecoturismo em unidades de conservação pode ser positivo ou negativo.

Os impactos positivos que uma UC atinge ao "abrir suas portas para a população" estão dentro do seu desempenho no papel de modificador social, onde ele passa a ser capaz de transformar e integrar os cidadãos de determinadas localidades. Além disso, o ecoturismo é um importante gerador de emprego e renda das populações que vivem em seu entorno.

Porém, o foco dessa pesquisa se dá justamente nos impactos negativos, visto que o ecoturismo deve trabalhar para a diminuição e controle desses impactos.

Dada a extensa lista de impactos negativos gerados, o turista, como consumidor dessas áreas, tem consciência ou percebe que sua ação produz impactos negativos no meio e nos outros?

Em uma pesquisa realizada no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira–PETAR, Heros Augusto Santos Lobo, analisou os impactos socioambientais causados pelo ecoturismo pela perspectiva dos próprios turistas, o estudo compara, na perspectiva do turista, o impacto causado por ele no meio ambiente e na população do entorno do parque.

Os dados apontam algumas contradições. 68,5% responderam sim ao serem questionados sobre os impactos e 34,2% responderam que não percebiam os impactos. 35% entende que esses impactos são gerados pela exploração do homem nessa área natural, mas 36% das percepções dos turistas em relação ao ecoturismo dizem essas áreas permitem "contato com a natureza sem depredar - preservação".

Segundo Ruschman (1997), uma série de impactos podem ser gerados pelo ecoturismo, como por exemplo, o uso de sabonetes e/ou detergentes, que desequilibra toda a vida aquática e a torna impura; poluição sonora e ambiental, muitas vezes caixinhas de som são levadas para o meio da natureza, o que também pode atrapalhar a experiências de outros turistas que estão em busca da contemplação do som da natureza, coleta de flora; erosão de encostas, devido a quantidade de turistas que passam em cada local, também há turistas que alimentam animais selvagens, o que pode alterar seu comportamento natural.

Os impactos acima mencionados foram objetos de outros estudos. Todavia, existe um tipo de impacto que ainda não foi devidamente estudado que é o impacto que os resíduos produzem na experiência do visitante e em uma possível relação entre sujeito e meio ou entre turistas e turistas. Essa possibilidade será explorada por meio da teoria da dádiva de Marcell Mauss.

## 2 DÁDIVA, HOSPITALIDADE E A RELAÇÃO ENTRE PESSOAS E ESPAÇOS

A palavra Dádiva é, na visão de Morin (1986), uma daquelas palavras mestras. As palavras mestras são gigantes que estendem seu domínio sobre toda a área política, hiperdensas, que concentram em si o máximo de significação e verdade e estratégicas, pois fortalecem nossas crenças. Com isso, compreender todas as possibilidades que ela sintetiza vai além dos objetivos dessa investigação. Todavia, é possível apontar alguns consensos e entendimento sobre o termo.

No senso comum, dádiva e dom possuem uma forte acepção religiosa, estando ligado a um benefício ou característica dado por algo divino, sobrenatural. A dádiva é bem mais ampla pois para Martins (2003) não serve apenas para justificar a bondade cristã visto que a vingança também é dádiva, na medida em que os atores trocam ódios e mortes. A dádiva opera então uma relação distinta daquela que primeiramente é associada.

De modo geral, a dádiva pode ser definida como um sistema social baseado em trocas. Este não funciona pelo modelo linear da racionalidade instrumental, nem igualmente pela equivalência mercantil que visa suprimir no instante da troca qualquer dívida entre as partes contratantes. Com isso, a dádiva, para Martins (2003), opera como um sistema com características próprias, diferentes daqueles do Mercado e do Estado. Ao analisar as sociedades primitivas, Marcel Mauss lançou luz sobre o tema, compreendendo um complexo sistema de trocas, retribuições e rivalidades que não eram fatos menores mas elementos importantes para a riqueza da vida social.

Mauss no “Ensaio sobre a Dádiva” de 1924, se debruça sobre a relevância para o social de certas prestações e contraprestações sociais aparentemente banais, como o riso, a dança e o ritual, mas que lhe aparecem com expressões do fato social total. Concordando com Martins (2003), Mauss percebe que esses fenômenos não ocorrem nem arbitrariamente nem pela simples vontade dos indivíduos. Na essência, expressam uma obrigação coletiva, constituída de uma tríade – dar, receber, retribuir - que implica igualmente todos os membros da sociedade no movimento de constituição da sociedade.

Para GODBOUT (1998) existe um elemento simbólico que se manifesta na sociedade criando os vínculos sociais. GODBOUT (1998) de maneira negativa entende

por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social.

O símbolo aparece na sociologia maussiana como um “operador de tradução”, o que permite compreender por que uma manifestação individual qualquer (um grito, uma saudação, um ritual) se refere significativamente à expressão do grupo do qual o indivíduo faz parte. As palavras, as saudações, os presentes, as danças, os rituais constituem, diz Mauss, fenômenos tão importantes quanto o Mercado na organização da vida social. (MARTINS, 2003, P.7).

São sistemas de prestações totais Mauss (1999). Ou seja, são símbolos que dão significado à ação social. E como ele chegou a tal conclusão? Dizem alguns estudiosos que tal percepção ocorreu no momento em que foi tomado pela certeza, nos “Ensaio sobre a dádiva”, de 1924, da existência de uma íntima ligação entre o simbolismo e a obrigação de dar, receber e retribuir, levando a sugerir uma co-extensividade entre dádiva e símbolo (Karsenti, 1994; Tarot, 1999; Caillé, 2002)

Podemos entender a dádiva como um ato mais complexo, apesar de não se esperar nada em troca, os atos dadivosos criam vínculos, e esses vínculos geram “dívidas” sociais. Para que o indivíduo desfrute de sua liberdade de entrar e sair das relações nas quais sente necessidade, ele precisa “sanar” essas dívidas geradas, mantendo assim a organização social.

Para que ela funcione é necessário que de algum modo as regras permaneçam informais, caso contrário estabelece-se a equivalência de mercado (Godbout, 1992: 11). Dá-se pelo prazer de dar, e não para receber algo. Mas ao se dar “le boucle est bouclé”, isto é, o sistema de reciprocidades se estabelece entre os atores.

É necessário salientar que, a dádiva por obrigação possui menos valor e se descaracteriza, ou seja, a dádiva ocorre em atos de benevolência e espontaneidade, porém, o vínculo social que ela traz, gera a necessidade de troca, e são essas trocas que fazem o ser humano se sentir pertencente a determinado grupo social.

Como já citado no capítulo I, o sentimento de pertencimento de um indivíduo em relação ao um grupo social ou espaço, altera diretamente seu comportamento, como foi descrita a mudança de comportamento do ser humano com a natureza a partir da quebra desse sentimento, cessando as relações de troca com aquele espaço, e iniciando uma relação de utilização. Podemos, a partir disso, entender que as trocas são então necessárias nos vínculos sociais, garantindo a manutenção e a organização das relações.

A partir do momento em que se necessita realizar essa troca, para sanar as ditas “dívidas”, adentramos ao tema da hospitalidade, onde a dádiva é um dos seus

pilares, operando a tríade: dar, receber e retribuir.

O dar é embasado no conceito de dádiva já descrito, e deslocado para o outro a opção de receber. Nota-se que não há obrigatoriedade na Dádiva, portanto o sujeito não é obrigado a aceitá-la. Com a negação, encerra-se o ciclo, e, nas ideias de Mauss, inicia-se a Guerra. No caso de aceite da dádiva, uma “dívida” é criada, estabelecendo uma nova relação entre os sujeitos, com futura retribuição à esta ou uma terceira pessoa. Essa é a base de pensamento do sociólogo Marcell Maus que vê como resultado dessas trocas uma harmonia social muito rígida.

Existem exemplos bem simples no dia a dia, que pode ilustrar o que está sendo dito: No Brasil, mais especificamente em Minas Gerais, temos o hábito de oferecer (dar) café às nossas visitas, e é considerado falta de educação não aceitar (obrigação de receber), e a partir daí, se tem a expectativa de que esse acolhimento seja repassado a outra pessoa em outro momento (retribuição).

É possível observar que o ato de benevolência que possibilita a troca, e é replicando-a, que a hospitalidade se mantém passando de indivíduo para indivíduo, formando o vínculo social.

Cabe mencionar que a dádiva, como fato social total, permeia diversas relações. Mesmo que a rivalidade continue a constituir um fenômeno relevante na ação social observa-se, lembram esses autores, outras expressões de dádiva que não são apenas baseadas na rivalidade (dádiva agonística); outros tipos de dádiva aparecem igualmente no diálogo e na amizade (dádiva partilha), na vivência do extraordinário (dádiva da graça), no trabalho de mutirão (economia solidária).

A dádiva pode inclusive aparecer pelo poder clientelista (dádiva patrimonial), que é bastante presente no sistema político brasileiro, o que prova que a dádiva antes mesmo de ser um valor é sobretudo uma regra, ou melhor, a regra básica de constituição da ação social. Compartilhando as fronteiras do Mercado e do Estado, sem ser absorvida por essas instituições “O dom, dizem aqueles sociólogos, está em todos os lugares” (Godbout, 1992; Caillé, 2000, Godbout, 2000), servindo a cimentar a vida social.

A partir disso podemos visualizar de maneira mais clara como funcionariam as trocas através da dádiva através da seguinte imagem:

**Figura 1 – Dádiva como elo do vínculo social**

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O “indivíduo” na imagem também representa as coletividades, a dádiva é representada na posição de ligação entre as linhas do símbolo do infinito, na intenção demonstrar as trocas constantes que ocorrem na sociedade através dela. Trocas que podem ser entre os mesmos indivíduos ou entre indivíduos diferentes, mas que se estende nas diversas relações dentro da sociedade. Tais trocas, se interrompidas, rompem com o vínculo social, atrapalhando a perpetuação da organização naquele ponto específico.

A dádiva, representada na imagem acima, pode então auxiliar na compreensão das relações sociais, como os vínculos são criados, mantidos, perpetuados e/ou quebrados, ela dá a base para a compreensão das relações de hospitalidade, conceito que será discutido no próximo tópico.

## 2.1 Hospitalidade, o bem acolher na sociedade

Do Latim *hospitalitate*, a palavra hospitalidade remete ao ato de hospedar, acolhimento afetuoso (dicionário Aurélio). Dessa breve definição é possível inferir a necessidade de dois atores nessa relação: Quem acolhe (anfitrião) e quem é acolhido (hóspede).

A hospitalidade, mais do que um fato observável, é uma virtude que se espera quando nos defrontamos com o estranho (e todo estranho é também um estrangeiro), alguém que ainda não é, mas deve ser reconhecido como o outro. Tudo se passa como se o sentido mais importante da noção seja perguntar-se se esse encontro resultou em estreitamento ou esgarçamento do vínculo social de início buscado. (CAMARGO, 2015, p.44)

Para ilustrar as trocas dentro da hospitalidade, podemos levar em consideração a situação em que um indivíduo recebe outro em seu lar: O hóspede se encontra em uma posição de vulnerabilidade, onde ele adentra em um espaço que é estranho para ele, enquanto o anfitrião busca criar um ambiente propício para trocas, acolhendo quem

é estranho para o seu espaço. A partir do momento em que o anfitrião busca acolher e o hóspede aceita tal acolhimento, se inicia a formação de um vínculo (ou se reforça), onde cada indivíduo irá agir de acordo com o que a sociedade entende como o correto naquela situação.

Em contrapartida, caso o hóspede não aceite receber o acolhimento, pode-se entender que ele está sendo hostil, complicando o vínculo que poderia ser formado a partir daquele momento. Caso o anfitrião também não haja dentro do que se espera para acolher o seu hóspede, ele também estará agindo de maneira hostil.

A partir desse entendimento de hospitalidade, é possível observar que este conceito é fundado a partir de sua própria contradição, desde o bem receber a possíveis momentos de hostilidade, e também da espontaneidade da ação à obrigação.

O que leva o indivíduo a querer agir dentro do que se espera é o vínculo social, que se cria através da dádiva, a necessidade de ser pertencente a uma determinada cultura, um determinado grupo, faz com que quem acolhe o estranho siga os padrões que o seu grupo social sustenta como correto. A dádiva se manifesta para que a cultura se revele e se perpetue, permitindo as trocas entre estranhos. Na situação citada, ela está no acolhimento.

O acolhimento é uma resposta ao hóspede. Ele aguarda pela vocação “plesiológica” para ser recebido ad cor in cor (para a aproximação e para dentro do coração) [...] Toda a hospitalidade é um dar e um receber, surge como uma vivência activa e passiva, simultaneamente. O acolhimento é uma porta aberta para receber o Outro.[...] E, tal como sustenta Derrida, será um momento ético do Outro e para o Outro. O acolhimento é um ser para o coração: cor in cor intimius (o coração será mais íntimo do que o meu coração), que se exterioriza na dádiva do Outro. (MENESES, 2013, p.54)

Dito isso, fica explícito que para que ocorra a hospitalidade o deslocamento se faz necessário. Esse deslocamento não é necessariamente uma viagem, é apenas estar fora do local que lhe é habitual. Para Valéria Ferraz o exercício da hospitalidade surgiu bem antes da Idade Média, onde o termo hospitalidade designava a maneira caridosa de acomodar os indigentes que estavam em viagem a caminho de lugares sagrados com o desejo de cura. Seu primórdio se encontra em uma época em que quem viajava não possuía maneira de se abrigar, e, receber um estranho, oferecer bebida e comida, sem se importar com quem era, e o motivo de sua viagem, eram partes de rituais sagrados e obrigatórios entre os gregos e depois romanos. (FERRAZ, Valéria, 2013. p.26)

(no conceito atual) Toda prática turística requer deslocamento, e que a chegada dos sujeitos em territórios que não os seus (de morada ou de frequência) requer práticas de hospitalidade (ou hostilidade, em muitos

casos), tem-se a hospitalidade como um complexo campo de estudo em debate na arena acadêmica turística. (VALDUGA, , p.19)

Para entender as trocas advindas desse deslocamento, o turismo busca compreender melhor a hospitalidade, e, dentro dessa busca, surgem divergências quanto a sua definição dentro dessa área, principalmente no que tange ao comércio.

Se a dádiva sustenta as relações de troca na hospitalidade, seria possível a hospitalidade nas relações comerciais? Nesse ponto, os estudiosos sobre o tema divergem. Há quem considera que ela seja possível como há quem considera que ela se descaracterizaria nesse tipo de relação.

Ao falarmos da tríade da dádiva, entende-se que o dar ocorre de maneira espontânea e é realizado por quem está em uma posição de superioridade, e, quem recebe, em uma posição inferior. Ao levar essa relação de troca para a hospitalidade, o anfitrião encontra-se na posição de superior ao hóspede que está vulnerável. Segundo Gotman (2009), a remuneração advinda do comércio estabelece o equilíbrio entre os indivíduos, fazendo com que a dádiva e o comércio sejam antinômicos. Também é necessário se considerar que, se a relação de troca ocorre com interesses econômicos, a espontaneidade da ação em que a dádiva viria a se manifestar, já não existe, visto que há interesses ligados a ela.

Da dádiva à relação comercial, o devido substitui a dádiva. A atenção e o serviço são contratuais e não objetos de dádiva e o cliente é qualificado pelas “exigências” relacionadas à regra do preço justo que mediatiza as relações sociais. As relações não são imediatas e os conflitos, mediatizados, não opõem diretamente os protagonistas, fazendo intervir um terceiro abstrato – espécie de “contrato” - que serve ao mesmo tempo como regulador, mas também como escapatória. (GOTMAN, 2009, p.7)

Camargo (2015) busca amplificar o significado do termo, e para tal ele nos traz a concepção de que a natureza da troca que ocorre no ritual de hospitalidade pode ser amical, amorosa (onde se encontra a dádiva) ou também mediada pelo pagamento. Porém, em seu texto “Os interstícios da hospitalidade”, ele explica que para isso a hospitalidade comercial precisaria ser analisada para além do sistema de dádiva maussiana.

Qualificar (de hospitalidade) a hospedagem comercial não é escandaloso (grifo nosso) desde que estejamos de acordo com as definições. A utilização comercial do termo indica, em todo caso, como a hospitalidade permanece uma marca, uma perspectiva e um horizonte para uma interação bem-sucedida entre os homens, quer sejam clientes, amigos ou simplesmente estrangeiros com a mão estendida (CAMARGO, 2015, p. 42-69, apud MONTANDON, 2002, p. 142).

Valéria Ferraz segue a mesma linha de pensamento, quando ela diz que a “hospitalidade vem sendo percebida atualmente dentro do fenômeno turístico por meio da reflexão entre quem recebe e quem é recebido e como isso pode influenciar a sensação de hospitalidade ou hostilidade.” (FERRAZ, Valéria, 20XX p.21), para ela, a hospitalidade paga cria um paradoxo, devido à ausência da essência da gratuidade.

Nesse ponto de vista, a hospitalidade ocorreria dentro do setor hoteleiro, por exemplo, nas ações de troca que vão além do serviço prestado, o que seria, para Anne Gotman, apenas a encenação da hospitalidade, não acontecendo então, a hospitalidade genuína.

Essas discussões permeiam o estudo da hospitalidade não apenas no turismo e demonstram a dificuldade de definir o termo, devido as diferentes interpretações que ele permite gerar, e acabam por surgir diferentes “tipos” de hospitalidade: como por exemplo: “hospitalidade hospitalar, hospitalidade hoteleira, hospitalidade comercial, entre outros. Temas que surgem de maneira muito rápida em breve pesquisas online.

Como já descrito, as discussões diante desses “tipos” de hospitalidade não chegaram em uma congruência em relação da manifestação ou não manifestação da dádiva:

A persistência do sistema da dádiva no comércio é também o tema de antropólogos brasileiros que mostram como os sistemas da dádiva e do comércio se sobrepõem, como os conflitos derivam menos do contrato, para o qual existe a ação judicial junto aos órgãos de defesa do consumidor, do que da dádiva. (CAMARGO, 2015, p.62)

Tais antagonismos enriquecem ainda mais a importância do tema para a compreensão das relações de troca na sociedade. Dentre os temas que circundam a hospitalidade, como ela ocorre entre pessoas e espaços tange a nossa pesquisa.

## **2.2 Hospitalidade em espaços públicos**

Dentre os temas recentes que circundam a hospitalidade, como ela ocorre dentro dos espaços públicos tem surgido à tona, nesse cenário o estudo de Valéria Ferraz nos traz importante colaboração, discutindo sobre o conceito de hospitalidade urbana para as grandes cidades e qual seria a sua ligação com o conceito de dádiva de Marcel Mauss. (FERRAZ, Valéria 2013).

Indo mais além de uma relação de troca entre dois indivíduos, para a autora “a hospitalidade envolve a dupla relação humana: a relação com o outro e a relação com o lugar. E esses espaços são representados em três domínios: doméstico – o espaço da casa, comercial – o espaço do hotel; e público – o espaço da cidade” (FERRAZ, 2013,p.28).

Em seu estudo Valéria Ferraz fez um levantamento acerca das pesquisas realizadas com o tema hospitalidade urbana entre 2004 e 2009, e constatou que tais estudos levam em conta as várias formas que a hospitalidade se manifesta na vida dos cidadãos e dos turistas dentro dos espaços de uso das cidades, os aspectos foram os socioculturais, o lazer e, por fim, a ordenação do espaço público.

Ao utilizar o conceito de dádiva para compreender a hospitalidade nesses espaços, a autora explica que a dádiva já ocorre pela simples presença do turista, e que a transição da hospitalidade do espaço doméstico para o público muda também os sujeitos das ações: o que seria entre o indivíduo doméstico e o hóspede passa a ser entre o gestor público e o visitante. Sendo assim, a gestão do espaço público pode influenciar diretamente na recepção do visitante, alterando, por exemplo, seu tempo de permanência no local. “Portanto, levando o sistema de dádiva para a hospitalidade urbana, o gestor público é o grande “doador”, o anfitrião. Ou seja, dentro da tríplice obrigação do “dar-receber-retribuir”, o gestor público, na figura de representante da cidade é quem dá, pelo menos num primeiro momento, pois o sistema de dádiva é um ciclo.” (FERRAZ, Valéria, 2013, p.53)

Ao afirmar isso, Valéria Ferraz nos demonstra o seguinte:

**Figura 2 – Espaço como intermediário do vínculo social**



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A relação de hospitalidade se inicia a partir da dádiva (Camargo), nas trocas da hospitalidade dentro do espaço privado, como a casa de alguém, a dádiva é direcionada diretamente ao outro indivíduo. Nos espaços públicos, como explica Valéria de Ferraz, a dádiva é direcionada primeiramente ao espaço, seja na chegada do visitante, ou na própria gestão do espaço, realizada pelo gestor. Dessa forma o espaço se torna o intermediário dessa criação de vínculo possibilitada pela dádiva.

Ainda se mantendo de maneira contínua, sendo representada pelo símbolo do infinito, as trocas ocorrem de maneira diferente, pois, a ação ocorre diretamente com o espaço, e a dádiva é percebida pelo “outro” de maneira indireta.

De modo quase intuitivo o viajante, o turista, o migrante quando chega a uma cidade e percorre os espaços que constroem essa forma ur-

ba, é submetido a um sem-números de percepções, de situações e de processos importantes de informações. Estes lhe são impostos por elementos tangíveis e intangíveis, que o envolvem e o induzem a comportamentos hospitaleiros, ou não, caracterizados num espaço, perante o “status” de “estrangeiro”, “status” esse que tanto pode ser de “inimigo” como de “amigo”, dependendo de sua transformação e do tempo de adaptação ao contexto no qual ele deveria inserir-se (GRINOVER, 2006, p.31)

Um exemplo que Grinover (2006) cita sobre a hospitalidade urbana, seria um ambiente que permite a acessibilidade do indivíduo, possibilitando a conexão do mesmo com o espaço, devido ao fato de ser um local de contato, trocas de culturas, de coesão e de identidade. Esse planejamento de como o espaço irá acolher quem o visita nos centros urbanos é feito a partir da gestão pública, na construção de áreas de lazer, na sinalização das ruas, na conservação das ruas e calçadas.

A partir do decorrer do presente estudo, buscaremos compreender se é possível que as relações de hospitalidade em espaços públicos podem ocorrer para além da gestão pública dos mesmos. Se, o espaço por si só, é possibilitado de realizar as trocas a partir da perspectiva da dádiva, e quais são os possíveis desdobramentos do tema nessa perspectiva.

Para isso, o espaço público escolhido, foi de “áreas naturais protegidas”, pois, nelas, a modificação do espaço não é intensa, além disso, buscamos tentar compreender, como a reconexão com a natureza pode ser interpretada nos baseando na teoria da dádiva de Marcel Mauss. Tais objetivos auxiliarão no enriquecimento das pesquisas brasileiras no âmbito da, dádiva, hospitalidade e conservação, explorando o que cada tema tem a colaborar na reconexão do ser humano com a natureza, criando novas perspectivas de conservação do meio ambiente, visto que

Nossa postura institucional de acolhimento e apoio nos leva ao encontro. Esse encontro ocorre no que Emmanuel Levinas identifica como: É apesar de mim que o outro me preocupa. O outro nessa relação, me obriga. A responsabilidade por esse encontro com o outro recai sobre mim: o outro não é redutível a si mesmo. E é justamente nessa preocupação com o outro que se desenvolve uma posição ética.<sup>1</sup> (LESENNE, 2012)

Os referenciais citados demonstram que a nossa relação com o “outro” pode alterar nossa relação com o meio. Então, como isso poderia ser aproveitado pelo turismo nas áreas naturais protegidas, para que a ação do turista com o espaço seja

<sup>1</sup> Notre position institutionnelle d'accueil et d'accompagnement nous conduit à la rencontre de l'autre. Cette rencontre intervient dans ce qu'Emmanuel Levinas identifie comme : « C'est malgré moi qu'Autrui me concerne ». L'autre, dans cette relation, m'oblige. De cette rencontre de l'autre m'incombe une responsabilité : l'autre n'est pas réductible à soi. Et c'est bien à l'intérieur de ce souci de l'autre que s'élabore une position éthique. P.15

mais ética? Visto que os mesmos já sabem quais são as regras que aquele espaço exige, como “não deixar rastros de lixo pela trilha”.

Talvez a preocupação com o outro (pessoa que ainda passará pela área protegida) reforce a preocupação com o meio ambiente, fazendo com que o impacto do turismo nessas áreas diminua.

### **3 PARQUE ESTADUAL DO ITACOLOMI: BREVE HISTÓRICO E CONTEXTO CONTEMPORÂNEO**

Muitas foram as motivações para a realização da presente pesquisa no Parque Estadual do Itacolomi, dentre elas, a realização de um estágio que despertou o interesse em se produzir pesquisa nesse local e a facilidade de acesso dos pesquisadores, por ser um parque próximo à Universidade.

A importância histórica do parque para a cidade de Ouro Preto também foi levada em consideração para que esse fosse escolhido dentre as outras áreas naturais protegidas da região.

#### **3.1 História do Parque Estadual do Itacolomi**

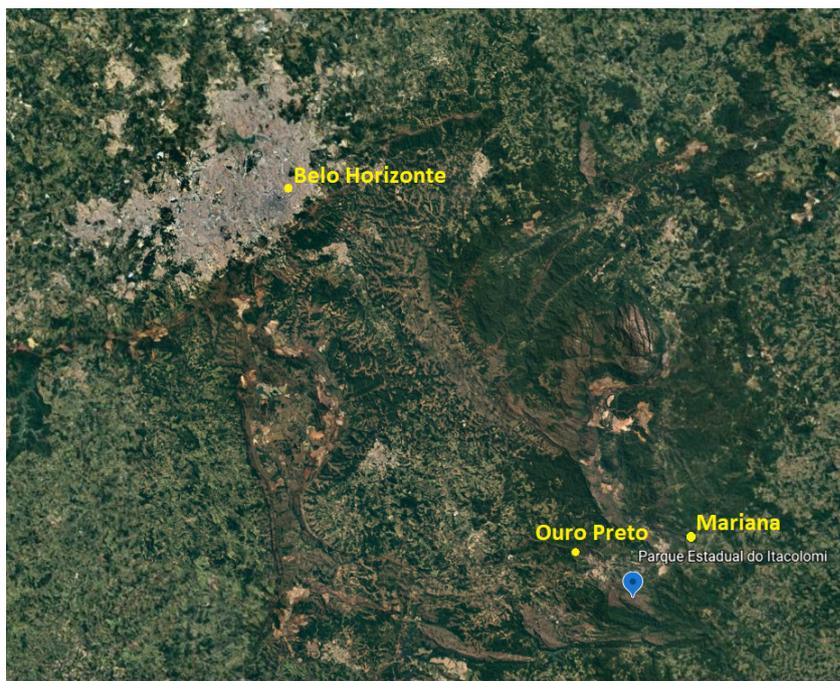
O Parque Estadual do Itacolomi (PEI) é uma unidade de conservação de proteção integral que está localizada entre as cidades de Mariana e Ouro Preto, sendo, nessa última, onde fica localizada a sua portaria na Rodovia BR 3356, km98, S/N, Bauxita. A história do PEI está entrelaçada à história da cidade de Ouro Preto, onde no século XVIII a busca dos bandeirantes por ouro dominou a região.

O Pico do Itacolomi, localizado à 1.772 metros de altitude, era o ponto de referência que os bandeirantes tinham na época da exploração da região para que fosse facilitada suas viagens. Hoje, a trilha que leva a ele é um dos principais atrativos do parque e justifica a categoria de Parque Estadual.

No século seguinte, essa região de Minas Gerais também atraiu diversos viajantes naturalistas, como Auguste de Saint-Hilaire, que pesquisaram a região para conhecer e descrever as riquezas da fauna e flora locais, além de relatar a cultura local com a visão eurocêntrica da época.

Antes de se tornar uma área natural protegida, a área do parque foi ocupada por uma fazenda de produção de chá, o que acarretou em muito desmatamento da área, até hoje é possível encontrar alguns pés de chá preto no meio da mata que foi recuperada, permitindo assim observar a transição da mata atlântica brasileira para o cerrado.

**Figura 3 –** Localização do Parque Estadual do Itacolomi



Fonte: Google Maps.

**Figura 4 –** Vista do Pico do Itacolomi



Fonte: <https://www.turismoouropreto.com/blog/o-pico-do-itacolomi>.

No PEI, por ser uma unidade de conservação de proteção integral, não é autorizada a realização de nenhum tipo de extração de qualquer elemento de sua fauna ou flora. Porém, é permitida a realização de atividades de recreação na sua área de uso público.

**Figura 5 – Resquícios da plantação de chá no parque**

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

### 3.2 Atrativos do parque e seu uso turístico e científico

Segundo o próprio plano de manejo do Parque Estadual do Itacolomi, podemos identificar diferentes tipos de zonas e o que é possível ser realizado em cada uma delas.

Na chamada zona primitiva são permitidas as atividades de pesquisa científica e educação ambiental, pois é nessa área que há o mínimo de intervenção humana possível.

Entre a Zona Primitiva, onde há pouca modificação humana e a zona de uso intensivo, há a transição chamada de zona de uso extensivo, onde algumas alterações humanas já ocorreram, nelas são possíveis realizar atividades de pesquisa científica e também visitação. Nesse parque, os dois atrativos que estão nessa zona são as trilhas, como exemplo, temos a Trilha da Lagoa:

**Figura 6 – Vista da Trilha da Lagoa**

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O Plano de manejo ressalta que, é necessário advertir quem utilize esses espaços para que não se jogue lixo nas áreas dessa zona, que deve ser mantida sob constante fiscalização.

Já a Zona de uso Intensivo, é aquela que possui as maiores modificações humanas, e, embora ainda se procure deixar tudo o mais próximo ao natural possível, é nela que se localiza a administração do parque, o centro de visitantes, o museu do chá e a casa bandeirista.

Ao realizar uma visita ao PEI, é obrigatório passar pelo centro de visitantes, onde os funcionários do parque realizam a atividade de educação ambiental, todas as informações sobre a história do parque são passadas aos visitantes, que podem fazer um pequeno roteiro pelos atrativos citados.

**Figura 7 – Centro de visitantes**

Fonte: [http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2019/UCs/PE\\_Itacolomi/centro\\_visitantes.JPG](http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2019/UCs/PE_Itacolomi/centro_visitantes.JPG).

Dentro da casa bandeirista os visitantes podem observar réplicas do material coletado pelos viajantes naturalistas do século XIX. A arquitetura da casa, a história de vários viajantes e as descrições de suas viagens são demonstradas nessa casa, conservando sua estrutura original, as informações foram acrescentadas ao longo dos cômodos de modo a guiar intuitivamente os visitantes ao longo das informações históricas.

**Figura 8 – Casa Bandeirista**

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A trilha da capela leva os visitantes até a Capela São José, essa é a trilha que mais evidencia a transição da mata atlântica para o cerrado

**Figura 9** – Capela São José



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Dentre as construções humanas, o último atrativo a ser citado é o museu do chá, que conta com a exposição dos maquinários utilizados na época que a região era uma fazenda, sendo interessante ressaltar que, as pessoas que plantavam e colhiam nesse local, eram meninas de 13 anos ou mais, informação que é dada dentro do próprio museu, em um vídeo exibido e enfatizado pelos funcionários durante o guiamento das visitas.

## 4 METODOLOGIA

O presente trabalho nasce das observações de campo realizada em uma iniciação científica. O objetivo daquele trabalho era compreender a relação entre o dito nos questionários e a ação no caso concreto. Após aquela IC, houve a percepção de que compreender essa relação entre sujeitos distantes no espaço e tempo, poderia ser importante para futuros projetos de educação ambiental. Sendo assim, partiu-se para observar o fenômeno de maneira controlada, com a técnica de observação não participativa. Luiz Otávio Lima Camargo (2016) nos conta em entrevista que “a hospitalidade é uma cena, e você só pode estudar a Hospitalidade se você delimitar essa cena” (BRUSADIN, L. B, 2016), foi o que buscamos realizar, e, posteriormente, pesquisamos os referenciais que poderiam explicar a cena observada.

Feito as observações, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que buscou explorar toda a riqueza de informações que o fenômeno nos demonstrou, além de identificar lacunas ainda não explicadas pela ciência, que poderão ser exploradas em trabalhos futuros.

Na revisão bibliográfica buscamos primeiramente buscar nos textos de Mauss a explicação de como ocorrem as relações de troca, e como o estudo sobre o tema evoluiu com o tempo, após o conhecimento geral sobre o tema, aprofundamos em textos mais recentes que buscam estabelecer a relação de hospitalidade e hostilidade entre pessoas e espaços, lembrando que tal tema vem sido discutido no ambiente das grandes cidades.

Para auxiliar a fazer relação do tema no contexto das áreas naturais protegidas, inicialmente buscamos seu histórico e como foi o desenvolvimento da relação do ser humano com a natureza e quais são os desafios que essa relação enfrenta atualmente. Para que ficasse mais específico, um levantamento de informações sobre o Parque Estadual do Itacolomi foi feito, explicando a importância do local e o motivo de escolha do mesmo para a realização da pesquisa.

É importante ressaltar que as autorizações dos órgãos responsáveis pela Unidade de Conservação estudada foram solicitadas e liberadas antes do início da pesquisa, sendo elaborada a metodologia dentro do que o Instituto Estadual de Florestas permitiu.

Com todas as informações coletadas, e a revisão bibliográfica feita, iniciamos a interpretação dos possíveis resultados que a pesquisa nos proporcionou.

#### **4.1 A prática da observação-não-participativa**

Entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020 foram realizadas observações não participativas na trilha de acesso ao Pico do Itacolomi. Essa trilha foi selecionada por ser a que mais recebe visitantes. Devido à complexidade da trilha, garantindo a segurança dos pesquisadores e também buscando ter grande quantidade de detalhes na observação, as idas ao pico foram realizadas sempre em duplas ou trio de pesquisadores, formados pelo professor Rodrigo Burkowski, pela aluna Larissa Battaglini e dois alunos voluntários.

Os visitantes foram observados no momento de subida da trilha. As observações ocorreram entre as 9 horas e as 13 horas da tarde.

Nas ciências sociais, e, por conseguinte, no Turismo e na Educação Ambiental, uma das maiores dificuldades é a experimentação. Modificar o meio para observar o comportamento, é algo pouco explorado nos trabalhos científicos.

Isso se dá em função das limitações do meio, por questões éticas e mesmo falta de recursos financeiros. Neste trabalho, após as devidas autorizações do Instituto Estadual de Florestas (vide anexo), os pesquisadores levantaram os tipos de resíduos sólidos que eram encontrados nesta trilha. Foram realizadas três visitas ao pico para analisar os tipos de resíduos encontrados, sendo identificado menos de 1 Kg de resíduos ao longo da trilha (figura 10).

**Figura 10** – Resíduos orgânicos deixados por turistas no Pico do Itacolomi, encontrados em observação inicial



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Entretanto, no Pico foram encontrados pacotes de biscoito, garrafas, tampas de garrafa de água, que, apesar do baixo peso unitário, estavam espalhados na área. Essa etapa foi de grande importância para o controle do experimento, que buscou replicar uma situação o mais próximo do real possível, ou seja, uma situação coerente com o que já acontecia naturalmente no espaço estudado.

Cabe lembrar que a autorização de pesquisa fornecida pelo IEF-MG não liberou o uso de resíduos orgânicos, portanto, apesar de ter sido encontrado durante a fase exploratória, os pesquisadores não utilizaram este recurso, sendo essa uma limitação da nossa experimentação.

Considerando os produtos identificados na etapa anterior produzimos um pequeno kit de resíduos sólidos. Esse kit era composto de:

- Garrafas Pet de 200ml e 2L,
- Tampinhas de plástico, separadas de suas garrafas.
- Caixinha de leite 200ml,
- Canudo de plástico,
- Pacote de biscoito,
- Lata de refrigerante.

Para o controle do experimento, o mesmo kit foi usado em todas as observações. Após elas, a trilha era deixada completamente limpa.

**Figura 11** – Representação do kit de resíduos utilizado em todas as observações



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Esse material foi estrategicamente colocado na trilha para despertar a atenção do usuário. O local escolhido foi na região do Km 3 da parte alta da trilha. Nesse local há fácil observação, sem haver interação com os turistas. As reações dos turistas foram anotadas em um caderno, de forma livre, dado ao caráter pioneiro da pesquisa.

**Figura 12** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Pacote de biscoito



Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 13** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Lata de refrigerante



Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 14** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Garrafa Pet 2L



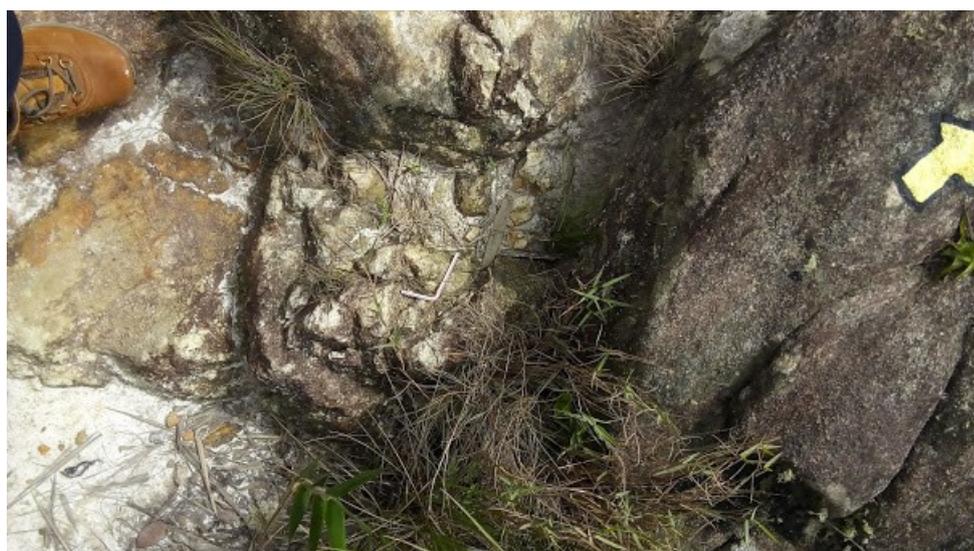
Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 15** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Garrafa Pet 200ml



Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 16** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Canudinho de plástico



Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 17** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Caixinha de leite 200ml



Fonte: arquivo pessoal da autora.

**Figura 18** – Conjunto de fotos do kit na trilha - Tampinha



Fonte: arquivo pessoal da autora.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os visitantes não apresentam grupos regulares em relação a tamanho, idade ou gênero. Para a preservação de suas identidades, nenhuma característica deles foram anotadas, sendo identificados por números.

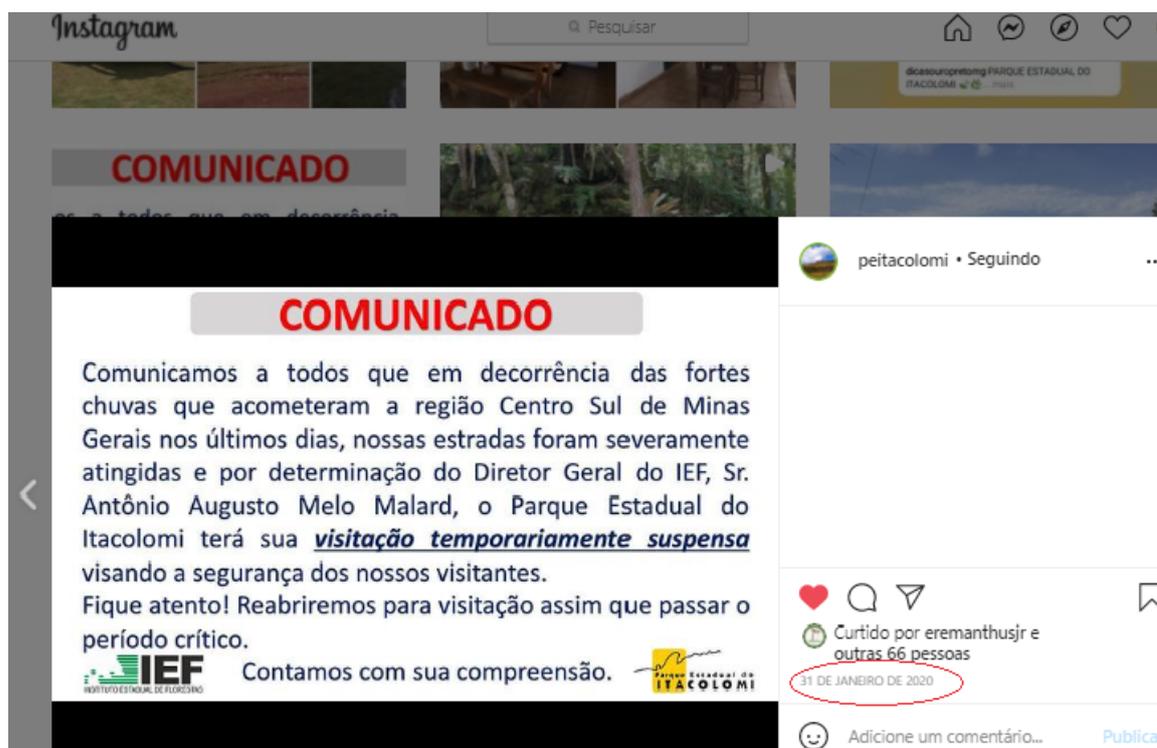
Os observados estavam divididos nos seguintes grupos:

- Um grupo de 6 pessoas;
- 2 pessoas que subiram separadamente sozinhos;
- 3 duplas;
- Um grupo de 4 pessoas.

Totalizando 7 grupos observados, sendo 18 pessoas.

Alguns fatores interferiram no número de pessoas que foi possível observar. Primeiramente, existiu a questão de que, quando havia chuvas, a direção do parque solicitava que a trilha do pico do Itacolomi não fosse feita pelos visitantes, mesmo com o parque aberto, devido ao perigo do terreno pedregoso, que se torna escorregadio quando molhado. Houveram também os dias que o parque estava completamente fechado, e os dias que tentamos realizar observações, mas não houveram visitantes na trilha.

Figura 19 – Fechamento do parque devido a chuvas



Fonte: Parque Estadual do Itacolomi via Instagram.

A primeira consideração que o trabalho permite fazer é que existe uma diferença no grupo observado das pessoas que estavam sozinhas daquelas que estavam em grupos. Para Bilha (2017, p.398), “sob a ótica do ecoturismo e da relação homem x natureza, é possível inferir que a massa antrópica, que frequenta as unidades de conservação, é composta por indivíduos distintos, com diferentes interesses e costumes.”

As pessoas que estavam fazendo a trilha sozinhas, não demonstraram nenhum incomodo com o lixo, nem levaram embora, nem verbalizaram nenhuma reclamação.

Acreditamos que tal indiferença pode estar ligada à atual desconexão do ser humano com a natureza e sua conseqüente falta de pertencimento em relação a esse espaço, fazendo com que as regras pré-estabelecidas para o uso recreativo das áreas naturais sejam ignoradas, o que explicaria ainda encontrarmos pessoas que joguem lixo nas trilhas, e que ignorem o lixo quando o encontram.

Nas demais duplas e grupos observados, as reações em relação ao lixo mudaram. Foi possível notar que pelo menos uma pessoa em cada grupo manifestou incômodo, levando o lixo embora em suas mochilas.

Ao analisar as anotações realizadas nas observações, foi possível notar um aspecto em comum em relação aos turistas que se incomodaram com os lixos que encontraram nas trilhas. Além de levarem o lixo embora, houve a verbalização/externalização do seu incômodo em relação às pessoas que deixam lixos em áreas naturais, de ma-

neira espontânea, e, de certa forma, agressivas.

Portanto, mesmo sem serem perguntados, ou sem terem interagido diretamente com os turistas que deixaram os lixos nas trilhas, eles reclamaram em voz alta e criticaram as pessoas que cometeram esse tipo de comportamento, se mostrando muitas vezes irritadiços. As falas eram “Por que um f@ da p@ traz algo se não vai levar de volta?”; “Que absurdo isso, gente sem noção”; “Poxa veio, sacanagem isso né”; “O pessoal acha que é carnaval pra trazer isso tudo pra trilha e largar aqui”; “Olha o tanto de lixo que já achamos, vou juntar tudo que achar, tirar uma foto e postar no Instagram”, entre outras.

Foi possível perceber a tensão que o lixo criou nos visitantes, que ficaram incomodados em relação aos visitantes com os quais nem tiveram contato. Isso pode ter ocorrido devido ao fato de que, a hostilidade cometida com o meio foi indiretamente direcionada também aos turistas que visitaram aquele espaço posteriormente, e, por isso, as reações em relação ao lixo também devolvem essa hostilidade às pessoas que a cometeram inicialmente, mesmo que essas pessoas não se encontrem mais no mesmo local. Acontecimento que também havia sido observado por Valéria Ferraz (2013) nos espaços públicos urbanos.

É possível inferir que o momento de tranquilidade e concentração que estava ocorrendo durante a trilha foi rapidamente quebrado assim que a primeira pessoa começa a verbalizar seu incômodo com o lixo, o que pode demonstrar que tais visitantes sabem da regra que foi quebrada por aqueles que jogaram o lixo no local. Caso fosse uma informação que eles desconhecessem, a reação poderia ser voltada à “surpresa” e não à “irritação”.

Fato interessante é que nos grupos 1 e 4 não foram os primeiros a passar pelo lixo que pegaram ou fizeram o comentário. Isso levanta ou reforça a hipótese que mesmo em trilhas, atividade típica do Ecoturismo, nem todos se comportam de maneira proativa para reduzir o impacto ambiental. Ao mesmo tempo que, a primeira pessoa se manifesta em relação a necessidade de se levar o lixo embora ou de não o jogar no chão, o resto do grupo também começa a manifestar a mesma preocupação e a coletar o lixo em conjunto.

O ambiente que as pessoas esperam ao visitar a natureza é acolhedor a partir do momento em que ele proporciona o bem-estar, relaxamento e descanso, que o fazem esquecer ou se distanciar momentaneamente das grandes cidades.

Quando é avistado um problema que é comum nas grandes cidades, o lixo no chão, a hostilidade que ocorreu com o meio, devido aos impactos que aquele lixo causa, é também uma hostilidade entre os visitantes, que, mesmo sem contato, atrapalharam a vivência turística uns dos outros.

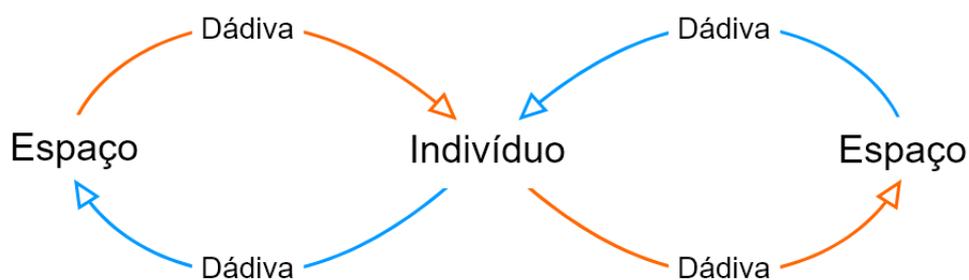
Foi possível então obter uma breve compreensão da relação turista-espaço, que impacta diretamente a relação de outras pessoas com o mesmo espaço. O ato de hostilidade que inicialmente era lido apenas como uma quebra de norma que impacta o meio ambiente, adentra na esfera das relações sociais.

É possível também observar a hospitalidade que ocorre do turista em relação aos outros turistas, mantendo o aspecto de não haver contato direto de uns com os outros. Ao se incomodar com o lixo na trilha, e tomar a atitude de levar o lixo embora, não impacta apenas na manutenção da preservação do meio ambiente da unidade de conservação, mas também evita que outros turistas tenham a mesma quebra de expectativa de acolhimento quanto a aquele espaço.

Tais considerações levam a possíveis novas interpretações quanto às relações de hospitalidade entre pessoas e espaços, pois, se existe uma expectativa de como a hospitalidade ocorrerá dentro das áreas naturais, seria possível que a dádiva possa partir do próprio espaço, ou seja, ele pode ser ativo nas relações de hospitalidade, e não apenas intermediário dessas relações de troca, como já é observado.

Mantendo a configuração de infinito, as relações de troca, dentro do contexto acima, poderiam ser representadas como a figura abaixo:

**Figura 20** – Espaço como ator ativo nas relações de troca



Fonte: arquivo pessoal da autora.

Tal interpretação poderia trazer um conceito de dádiva ainda mais puro, pois, como o espaço não tem capacidade de racionalizar nenhuma ação e muito menos de interpretá-las, ele pratica a dádiva a qualquer um e sem de fato esperar nada em troca.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, atuando de forma ativa no processo, os resultados encontrados neste estudo contribuem em três pontos.

Primeiramente, os comportamentos dos sujeitos nas trilhas não são uniformes, o que indica a necessidade de se aprofundar em futuros estudos para entender o que leva cada indivíduo a agir de diferentes formas, e como a sensação de pertencimento impacta em cada tipo de ação.

Também pôde-se notar que, as relações de hospitalidade podem ultrapassar os limites da relação “pessoa x pessoa”. Nesse quesito, foi possível observar que estar com outras pessoas motivou a externalização do incomodo com o lixo. Porém, ficou nítido que a forma como um visitante trata o espaço no qual ele realiza o seu lazer repercute de algum jeito na forma que os visitantes posteriores a ele usufruem do espaço e experienciam o turismo no mesmo local.

Apesar de ser um estudo experimental, pode-se começar a entender que, o visitante que tratar o ambiente de lazer com hospitalidade e respeitando as regras do senso comum daquele local, está indiretamente sendo hospitaleiro com o próximo visitante, e, do contrário, ao praticar ações de hostilidade com o meio, ele também poderá estar sendo hostil com o próximo visitante, que encontrará resquícios de sua passagem pelo local, podendo abrir uma porta para estudos que possibilitem desenvolver a relação de hospitalidade entre pessoas e espaços, para além da cidade.

Serão necessários estudos futuros pra compreender tudo isso de maneira mais aprofundada, acrescentando na descrição não linear e atemporal das relações de hospitalidade, onde essa relação de longo prazo pode não ter apenas a troca entre dois indivíduos como foco.

O espaço pode ser um intermediário das relações sociais, em situações em que, sem a relação com o espaço, não haveriam determinadas relações de troca, pois, ao invés do ato com o outro ser o foco, nesses casos, o foco é o ato com o espaço.

Podemos ilustrar da seguinte forma, ao receber um visitante, o anfitrião pode ter o seu lar como um espaço importante para que ocorra a relação de hospitalidade entre ele e o seu hóspede, porém a relação do hóspede com o lar não interfere na experiência que outros hospedes terão no mesmo ambiente, pois ele não está no centro daquela

relação.

Quando o espaço se torna o centro da relação, a relação de anfitrião e hóspede perde a característica de hierarquia, pois a pessoa é anfitriã e hóspede ao mesmo tempo, é o que pode ser visto nos locais públicos.

A presente pesquisa demonstra isso de maneira mais prática, o turista que vai inicialmente à trilha, pode ser considerado o anfitrião do próximo visitante. Ao mesmo tempo que o mesmo é hóspede do turista que veio anteriormente.

A forma com que cada turista trata a trilha interfere diretamente na experiência do próximo visitante, ou próximo hóspede. O espaço, nesse caso, vira um intermediário na relação da troca, e ela só é possibilitada pela relação entre as pessoas com ele. De maneira mais específica, a dádiva ocorreria, nesses casos, em relação ao meio/espaço diretamente e indiretamente em relação ao outro.

Indo um pouco mais além, a proposta de que a dádiva pode partir do espaço também precisa ser mais estudada e explorada, tanto nas áreas naturais, quanto em outros locais, podendo trazer novas abordagens para as relações de trocas que temos com todos os espaços, e como isso pode afetar as relações sociais.

Aprofundar nesses aspectos corrobora com o auxílio na criação de diferentes abordagens para a educação ambiental, criando a relação de pertencimento entre os indivíduos, visto que se perdeu a conexão com a natureza com o passar do tempo (Diegues, 1996). Explorar esse aspecto de troca, pode fazer com que o impacto da educação ambiental seja mais eficiente.

A realização de pesquisa experimental em Ciências Sociais Aplicadas permite ao pesquisador validar, por meio de criteriosa escolha de variáveis capazes de influenciar o objetivo do estudo, e alguns elementos que produzem efeitos no sujeito.

Como a observação nos demonstrou, a preocupação com o espaço é mais ativa quando os visitantes estão em grupos. Uma alternativa para que se perpetue o comportamento, é a possibilidade de solicitar que as trilhas sejam feitas por, no mínimo, duas pessoas. O que pode resultar em atitudes mais éticas quanto ao espaço. Por ser um estudo exploratório, será necessário que cada aspecto encontrado seja desenvolvido e aprofundado, pois, para que se possa identificar as causas e dar soluções aos impactos ambientais, é preciso que haja informações precisas sobre os tipos de uso e usuários. Em (TAKAHASHI, 1998) a autora destaca que, muitas vezes, o período do uso recreativo é mais importante do que a quantidade do uso, enquanto o comportamento do visitante, o tamanho do grupo, e o método de uso são mais importantes do que o uso total.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, M. A. R. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. [S.l.]: Segrac Belo Horizonte, 2007.
- BILHA, A. A.; SCHNEIDER, V. E.; JÚNIOR, O. E. Análise da influência turística sobre o comportamento dos peixes no rio olho d'água, jardim (ms). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 10, n. 2, 2017.
- BRASIL já tem mais de 120 unidades de conservação reabertas para turistas. GOV,2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-ja-tem-mais-de-120-unidades-de-conservacao-reabertas-para-turistas>>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.
- BRASIL, S. *Sistema Nacional de Unidades Conservação*. [S.l.]: Lei, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. et al. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. *Texto para discussão EESP/FGV*, v. 157, 2006.
- BRUSADIN, L. B. Entrevista: O estudo da hospitalidade por luiz octávio de lima camargo: epifania da dádiva. *Revista Hospitalidade*, v. 13, n. 2, p. 242–247, 2016.
- BRUSADIN, L. B.; NETTO, A. P. La dádiva y el intercambio simbólico: supuestos sociológicos y filosóficos para la teoría de la hospitalidad en las sociedades antiguas y modernas. *Estudios y perspectivas en turismo*, Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos (CIET), v. 25, n. 4, p. 520–538, 2016.
- CAMARGO, L. O. de L. Os interstícios da hospitalidade. *Revista Hospitalidade*, p. 42–69, 2015.
- CAMPOS, A. M. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, n. 1, 2006.
- CONTI, J. B. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 16, p. 70–75, 2005.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. *Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. [S.l.]: Penso Editora, 2021.
- DEPRESSÃO cresce no mundo, segundo OMS; Brasil tem maior prevalência da América Latina. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghtml>>. Acesso em: 18 de nov. de 2019.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996. v. 4.

- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- ECOTURISMO. Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/ambiente/ecoturismo4/#:~:text=o%20ecoturismo%20é%20o%20segmento,como%20demanda%20o%20turismo%20ecol%20gico>>. Acesso em: 02 de junho de 2019.
- FERRAZ, V. d. S. *Hospitalidade urbana em grandes cidades. São Paulo em foco*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2013.
- FIGURELLI, A. H.; PORTO, I. A relação entre turismo e educação ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. *REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 20, 2008.
- FREDERICO, I. B.; BRUHNS, H. T. O ecoturismo no cerrado: reflexões e oportunidades na rppn santuário do caraça (mg). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 5, n. 3, 2012.
- GODBOUT, J. T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SciELO Brasil, v. 13, n. 38, p. 39–52, 1998.
- GOTMAN, A. O comercio da hospitalidade é possível? *Revista Hospitalidade*, v. 6, n. 2, p. 3–27, 2009.
- GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. *Revista Hospitalidade*, v. 3, n. 2, p. 29–50, 2006.
- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. [S.l.]: Editora Vozes Limitada, 2015.
- LAYRARGUES, P. P. A função social do ecoturismo. *Boletim Técnico do Senac*, v. 30, n. 1, p. 38–45, 2004.
- LESENNE, P. Le territoire de l'autre: notre devoir d'hospitalité. *Empan*, ERES, n. 1, p. 14–18, 2012.
- LOBO, H. A. S. Ecoturismo e percepção de impactos socioambientais sob a ótica dos turistas no parque estadual turístico do alto ribeira–petar. *Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas*, v. 1, n. 1, p. 67–75, 2008.
- MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres*. 2. ed. [S.l.]: Editora Contexto, 2007.
- MARTINS, P. Dádiva, solidariedade e vínculo social: reflexões sobre a atualidade da escola francesa de sociologia. *XXVII Encontro da ANPOCS, Caxambu, outubro/2003*. Disponível em <<http://anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt23-17/4309-pmartins-dadiva/file>>. Acesso em, v. 1, 2003.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. [S.l.: s.n.], 2012.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no brasil. *Ambiente & Sociedade*, SciELO Brasil, v. 9, n. 1, p. 41–64, 2006.

- MEDEIROS, R.; GARAY, I. Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira. *Dimensões Humanas da Biodiversidade: O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.
- MEDEIROS, R.; IRVING, M. d. A.; GARAY, I. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *RDE-Revista de Desenvolvimento econômico*, v. 6, n. 9, 2007.
- MENESES, R. D. B. d. Da hospitalidade em derrida ao acolhimento em saúde. 2013.
- NATUREZA e ecoturismo atraem estrangeiros ao Brasil. Ministério do Turismo, 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/1370-natureza-e-ecoturismo-atraem-estrangeiros-ao-brasil.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2019.
- NAZO, G. N.; MUKAI, T. O direito ambiental no Brasil: evolução histórica e a relevância do direito internacional do meio ambiente. *Revista de Direito Administrativo*, v. 223, p. 75–104, 2001.
- NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. O cerrado como instrumento para educação ambiental em atividades de ecoturismo. NEIMAN, Z.. *Meio Ambiente, educação e ecoturismo*. Barueri: Manole, 2002.
- OLIVEIRA, A. M. S. de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 3, 2002.
- PASSOS, L. A.; BORDEST, S. M. L. Percepção ambiental nos espaços de cultura: Centro histórico de Cuiabá. *OLAM-Ciência & Tecnologia*, v. 9, n. 2, 2009.
- REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. [S.l.]: Brasiliense, 2017.
- RUSCHMANN, D. V. d. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. [S.l.]: Papyrus Editora, 1997.
- TAKAHASHI, L. Y. Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do estado do Paraná. 1998.
- VALDUGA, M. C. O território como lugar de hospitalidade. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, v. 5, n. 8.

# Anexos

## A ANEXO 1 - DOCUMENTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO IEF

Número da Autorização		Data da Emissão		Prazo de Validade	
022/2019		11/04/2019		11/04/2020	

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS

**AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DO PROJETO**

Título do Projeto	O comportamento do turista em relação ao lixo encontrado nas trilhas				
Instituição	Universidade Federal de Ouro Preto				
Responsável	Rodrigo Burkowski	CPF	036990946-18		
Logradouro	Rua Glaura				
Nº/KM	144	Complemento		Bairro/Localidade	Vila Aparecida
Município	Ouro Preto	UF	MG	CEP	35400-000 Cx. Postal
Telefone		Celular	98 988512604 / 31 973112704		
E-mail	rodrigo@ufop.edu.br, larissa.xavier@aluno.ufop.edu.br				

**INTEGRANTES DA EQUIPE**

Nome	Instituição	CPF/RG	Função
Larissa Battaglini Xavier Silva	UFOP	122.651.416-23	Aluna

**INFORMAÇÕES DAS ATIVIDADES**

TIPO DE ATIVIDADE:	<input type="checkbox"/> Captura	<input type="checkbox"/> Coleta	<input type="checkbox"/> Transporte	<input checked="" type="checkbox"/> Sem Coleta/Captura
	<input type="checkbox"/> Abiótica	<input type="checkbox"/> Microrganismos	<input type="checkbox"/> Fungo	<input type="checkbox"/> Botânica
	<input type="checkbox"/> Anfíbios	<input type="checkbox"/> Répteis	<input type="checkbox"/> Aves	<input type="checkbox"/> Invertebrados
			<input type="checkbox"/> Mamíferos	<input type="checkbox"/> Ictiofauna

**OBSERVAÇÕES**

Esta autorização não permite coleta/transporte de material biótico e abiótico.  
Para o experimento que será realizado não deverá ser utilizado lixo orgânico.  
Informamos que seja realizada uma primeira visita à campo, juntamente com o gestor da unidade, para escolha da trilha e definição da data para o experimento.  
Ressaltamos que ao final do dia, todo o material utilizado deverá ser retirado.  
O questionário que será aplicado aos entrevistados deve ser enviado a esta Assessoria e ao gestor da unidade de conservação antes da sua aplicação.  
As campanhas devem ser agendadas com o responsável pela Unidade de Conservação, com antecedência mínima de 10 dias da atividade de campo.

**LOCAL DA ATIVIDADE - EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL**

Unidade de Conservação	Responsável pela UC	Contato (Telefone e e-mail)	Endereço da UC	Assinatura do Responsável pela UC
Parque Estadual do Itacolomi	Maria Lucia Coimbra Cristo	(31) 3551-6193 maria.cristo@meioambiente.mg.gov.br peitacolomi@meioambiente.mg.gov.br	Rodovia BR 356, Km 98 - Ouro Preto CEP: 35.400-000	

Esta autorização será válida apenas com a autenticação do responsável pela(s) Unidade(s) de Conservação.

**LOCAL DA ATIVIDADE - FORA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL (apenas para material botânico)**

Município(s)	Não se aplica
--------------	---------------

**TRANSPORTE - DESTINO DO MATERIAL COLETADO**

Instituição(ões)	
Endereço(s)	Não se aplica

Assinatura do responsável pela Autorização

*Antônio Augusto Melo Malard*  
Diretor Geral do IEF  
MASP 1.176.424-8

Número do Processo SIGED/SIPRO - IEF/ASPROP

**SIGED**



**00000130 2101 2019**

Cidade Administrativa Tancredo Neves, Edifício Minas - Assessoria de Programas e Projetos Especiais - 1º andar - M  
Rodovia João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde - CEP 31630-900  
Telefones: (31) 3915-1326 E-mail: pesquisa.aprop@meioambiente.mg.gov.br

Página 1 de 2



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
ASSESSORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS

**Outras Observações e Ressalvas:**

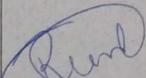
1. Esta autorização não exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena, da unidade de conservação federal, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação estadual cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso;
2. O pesquisador titular deverá contatar a administração dessa unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade de conservação, quando for o caso;
3. O Instituto Estadual de Florestas não se responsabiliza por qualquer dano a equipamentos, acidentes ou lesões físicas ou psíquicas, estando ainda, o pesquisador responsável e sua equipe ciente da vulnerabilidade da área de realização da pesquisa;
4. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5. O titular da autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições *in situ*, quando for o caso;
6. Esta autorização não permite captura/coleta/transporte:
  - para fins comerciais, industriais ou esportivos;
  - para realização de atividades integrantes do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme resolução do CONAMA de nº 237 de 19/12/97, salvo quando especificado;
  - de espécies ameaçadas de extinção em lista oficial federal, salvo quando constante de projeto específico autorizado pelo SISBIO;
  - de espécies ameaçadas de extinção em lista oficial estadual, salvo quando constante de projeto específico autorizado pelo IEF;
  - de fauna e flora em áreas de domínio privado, sem o consentimento expresso ou tácito do proprietário nos termos do Código Civil;
7. Esta autorização não permite transporte interestadual e internacional de material biológico;
8. Esta autorização não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Veja maiores informações em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br);
9. O titular desta autorização, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização suspensa ou revogada pelo IEF e o material biológico coletado apreendido nos termos da legislação em vigor;
10. O responsável poderá, durante a validade desta autorização e conforme Termo de Compromisso firmado, solicitar à Assessoria de Programas e Projetos Especiais do IEF Renovação, Cancelamento ou Conclusão, conforme instruções no site do IEF (<http://www.ief.mg.gov.br/biodiversidade/pesquisa-cientifica>);
11. Esta autorização é válida somente sem emendas ou rasuras e exclusivamente no estado de Minas Gerais;
12. O pesquisador deverá estar sempre acompanhado desta autorização para apresentá-la às autoridades, quando solicitado.

**Registro de coleta imprevista de material biológico**

De acordo com a Portaria 130/2017, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada ao IEF e ao responsável da UC, em até 30 dias após a atividade de campo, por meio do envio da cópia do registro de coleta imprevista de material biológico. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica.

Unidade de Conservação	Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data	Justificativa

\* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Assinatura do responsável pela Autorização   Antônio Augusto Melo Malard Diretor Geral do IEF MASP 1.176.424-8	Número do Processo SIGED/SIPRO – IEF/ASPROP
--	---